

## Editorial

**A face  
do regime**

As grandes esperanças (de facto, esperanças de último recurso) depositadas no Tribunal Constitucional para chumbar o Orçamento do Estado têm todas as condições para sair furadas. O TC até pode levantar objecções, mas, como fez em 2012, não vai atrever-se a bloquear a linha seguida pelo governo. E mesmo que isso sucedesse, o governo (a mando do capital e da troika) encontraria outra via para seguir com o mesmo rumo – se outra oposição não tiver.

Como os últimos meses (e anos) mostram, o que assusta e pode travar o poder é uma única coisa: a força dos protestos de rua. Foi isso que as acções de Setembro mostraram. A primeira lição para 2013, portanto, é a de que a luta de rua tem de prosseguir, ganhando mais força e radicalismo.

Mas a questão da conformidade constitucional do OE encerra outra lição. Nem o governo, nem o PR, nem a maioria parlamentar, nem as organizações patronais, nem a maioria dos opinadores do regime querem saber da Constituição para nada. A sua lógica é: se a Constituição atrapalha os negócios, pior para a Constituição. E falam por isso em revê-la como quem remove um empecilho.

A objecção do TC ao OE 2012, porém, centrou-se apenas num ponto: o princípio da igualdade dos cidadãos. Ao pôr em causa o acórdão do TC, e ao violá-lo de novo no OE 2013, o poder está a afirmar que essa igualdade (mesmo formal) é um obstáculo à política das classes dominantes. Entre a legalidade e a força, o poder escolhe a força para impor os seus interesses.

O regime revela assim a corrupção dos próprios princípios formais em que assenta. Sob a pressão da crise, os interesses exclusivos das classes dominantes perdem disfarces e revelam a sua monstruosidade. É por isso que os trabalhadores só podem responder à austeridade de forma simétrica: defendendo por todos os meios os seus interesses de classe. Sem restrições. Classe contra classe.

**MUDARDEVIDA**

jornal popular / apoio: 0,50 €

Novembro-Dezembro 2012 / número 35



# 2013: É preciso muito mais para travar a política de austeridade

A ofensiva patronal e governamental não parou, como mostram as medidas contidas no Orçamento do Estado. O susto que as classes dominantes apanharam com as manifestações de Setembro não bastou para travar a política de ataque ao Trabalho. Esta evidência deve ser retida – é preciso muito mais para que possa ser posto travão à austeridade. Mas esse muito mais está ao alcance do movimento dos trabalhadores.

**'Refundação'** Está em marcha a destruição do estado social *pág. 5*

**14 Novembro** O aparelho repressivo em acção *pág. 8*

**Privatizações** Testas de ferro e cheques carecas *pág. 12*

**Mundo em crise** O capitalismo num beco sem saída *pág. 9*

**Agressão NATO** não olha a meios para anexar a Síria *pág. 10*

# Nuno Santos, Luís Castro, Ana Pitas... Tudo boa gente

Ainda a propósito da manifestação de 14 de Novembro, que terminou com uma brutal carga policial, sabe-se que o inquérito interno da RTP concluiu que Nuno Santos (director de informação da estação) teria autorizado que “a PSP visionasse as imagens num sítio discreto que não no Arquivo”. E agora também se ficou a saber que dois elementos pertencentes a uma unidade secreta da PSP estiveram no gabinete de Luís Castro, subdirector da RTP (e com a presença de alguns membros da Direcção de Informação), a visualizar as imagens captadas durante a manifestação.

**M**ais, e posteriormente – a solicitação do comissário João Pestana, que requereu imagens “de preferência não editadas” da manifestação, e que serviriam para usar “como meio de prova dos actos classificados como crime” –, Ana Pitas, subdirectora de produção da RTP, pediu ao departamento de planeamento a gravação em DVD das imagens das câmaras das várias equipas que tinham estado junto ao Parlamento. Só isto já é bastante mau, independentemente de outras responsabilidades ou intenções enviesadas que se venham aqui eventualmente a apurar.

E pelos vistos, tudo levado a cabo à margem das leis vigentes, elaboradas pelas próprias classes dominantes e aplicadas pelos seus servidores.

Claro que, em referência a este tema, é fácil compreender a posição dos mais directos mandatários do capital: Cavaco Silva louvou o “profissionalismo” da polícia, Miguel Macedo atribuiu os acontecimentos a “meia dúzia de profissionais da desordem” e António José Seguro afirmou “parece-me que a polícia agiu de



forma adequada”. Afinal, eles estão apenas a desempenhar o seu papel!

É bom saber e útil denunciar, a título exemplar, casos como estes, pois não são apenas os governantes e os seus partidos os responsáveis e cúmplices das criminosas actuações das polícias e do patronato. No aparelho de estado, nas empresas e na comunicação

social há sempre um conjunto de lacaios que os apoia.

Porém, e a não esquecer também, ainda a propósito desta manifestação, houve outros, à esquerda, que rapidamente souberam demarcar-se dos “desordeiros”, mas se calaram quanto à brutal e indiscriminada intervenção da polícia. Esta é mais uma marca da sua efectiva integração no actual regime.

**Pedro Goulart**

## Mais pobres

O INE disse recentemente que a pobreza em Portugal, em 2010 (!), se situava nuns lisonjeiros 18% - valores que deram um jeitão ao governo, quando todos os cálculos actuais apontam para mais de 25%. Diz ainda que (também em 2010) o rendimento dos 10% mais ricos do país era 9,4 vezes maior que o dos 10% mais pobres. Gostaríamos que o INE desse rapidamente os números de 2012, passados dois anos de austeridade brutal e de transferência de riqueza para os detentores de capital. Teríamos certamente um bom retrato da política de austeridade e da “igualdade de sacrifícios” que o governo diz que anda a praticar.

## ‘Oportunidade’

“Esta crise é uma oportunidade de bondade, de caridade e de solidariedade para com os outros. Bendita crise que nos trouxe ao essencial.” Esta, mais uma pérola de João César das Neves, ex-assessor de Cavaco Silva e actualmente professor de Economia da Universidade Católica, em declarações à revista Visão. Trata-se de uma das habituais afirmações patetas deste catedrático, que representa uma autêntica burla, mesmo em termos do ensino da economia burguesa.

## Ele há cães de fila

“Antes de recebermos a esmola, temos de nos portar bem”. Afirmação do jornalista José Gomes Ferreira numa discussão com Silva Peneda, presidente do Conselho Económico Social, a propósito do Orçamento Europeu e do empréstimo da troika a Portugal (*Negócios da Semana*, SIC Notícias, 21 Novembro).

## FICHA TÉCNICA

**Redacção** Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart

**Colaboradores** António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

**Site** David Raposo

**Contactos**

Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa

jornalmudardevida@gmail.com

www.jornalmudardevida.net

## ASSINATURAS

**10 números** / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível

Como fazer uma assinatura:

**No site** [www.jornalmudardevida.net](http://www.jornalmudardevida.net) (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

**Por correio:** envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

# É preciso muito mais para travar a política de austeridade

Poucas greves gerais terão tido um sentido político tão marcado como a de 14 de Novembro. As razões parecem evidentes. A crise económica redundou numa crise política e governativa. Não há soluções à vista no quadro de “recuperação” que as classes dominantes defendem e tudo se encaminha para um agravamento da mesma política de austeridade. O crescendo dos protestos de massas coloca nos pratos da balança uma força de rua com que o poder não contava ainda há dois meses e que rompe os limites da tradicional oposição parlamentar. Em muitos sectores populares as exigências ultrapassam a questão reivindicativa imediata e colocam em causa o regime político, a falta de democracia, etc. Estão a criar-se condições, por estes factos, para uma confrontação crescente entre os interesses do Capital expressos nas medidas de austeridade e os interesses da massa trabalhadora.

**A**s adesões à greve geral mostraram que o movimento de protesto tem largo campo e boas razões para se ampliar.

Nomeadamente o apoio de sindicatos não filados na CGTP (que tomou a iniciativa de convocar a paralisação) e de sectores profissionais muito diversos são exemplo de como a política de austeridade está a ser rejeitada e a mobilizar opositores, já sem a condescendência e a passividade de há meses atrás.

## O sindicalismo amarelo

Neste processo, o sindicalismo amarelo da UGT, ficou mais desmascarado. O seu secretário-geral, João Proença, começou por recusar a greve geral de dia 14 argumentando que não tinha “objectivos concretos” por ser “meramente política”, para finalmente vir dizer que participava “pessoalmente”, obedecendo à decisão do seu sindicato. Esta lamentável figura é a demonstração do papel de sabotadores que os dirigentes da UGT têm desempenhado na luta contra a ofensiva patronal.

É bom recordar, para lá deste último episódio grotesco de Proença, o apoio de facto que a UGT deu às medidas de austeridade ao assinar, em Janeiro passado, um acordo com o governo na Concertação Social que mereceu rasgados elogios do patronato e permitiu a Passos

Coelho vangloriar-se de que a sua política gozava de “amplo apoio social”. Lembremos ainda que, na sequência disso, a UGT se recusou, também então, a apoiar a greve geral de 22 de Março que protestou contra tais medidas.

Todos os protestos que, pelo menos, se desenrolaram durante o último ano, particularmente as grandes manifestações de Setembro, são assim protestos que se erguem não só contra o governo e o patronato, mas também contra estes parceiros especiais do governo e do patronato.

## É preciso muito mais

Estes são alguns dos factos que, no plano nacional, foram evidenciados na sequência das mais recentes movimentações de massas. As manifestações de 15 e 29 de Setembro não apenas trouxeram à rua muito mais gente que anteriormente, como mostraram gente muito mais descontente com a situação e empenhada em fazer-se ouvir. O alvo dos protestos foi claro: não à austeridade, não ao governo, não à troika. É esta a consigna do momento.

A partir destes antecedentes favoráveis, importa impulsionar ainda mais os protestos. Nas ruas, mas também nas empresas e nos bairros.

Na verdade, a ofensiva patronal e governamental não parou, como



mostram as medidas contidas no Orçamento do Estado. O susto que as classes dominantes apanharam com as manifestações de Setembro não bastou para travar a política de ataque ao Trabalho. Esta evidência deve ser retida – é preciso muito mais para que possa ser posto travão à austeridade. Mas esse muito mais está ao alcance do movimento dos trabalhadores.

## Povos da Europa, uni-vos!

Outro factor a destacar sobre a movimentação de 14 de Novembro é a convergência, no mesmo dia, de greves e manifestações nos quatro países do sul da Europa mais atingidos pela crise. Além de Portugal, também em Espanha, na Itália e na Grécia decorreram greves gerais motivadas pelo mesmo combate às políticas de austeridade.

Em solidariedade, os movimentos sindicais de diversos outros países organizaram acções de

protesto no mesmo dia ou em dias próximos, nomeadamente: Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Eslovénia, Holanda, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suíça.

Foi a primeira vez que um tal movimento se deu, e com um objectivo comum: a recusa da política de austeridade imposta pelas principais potências europeias sobre os países “devedores” a pretexto das dívidas dos Estados.

A Europa precisa da unidade dos seus povos na luta contra o capitalismo. O protesto comum do dia 14 pode ser o primeiro de outros passos no sentido da unidade dos trabalhadores de modo a fazer frente à unidade do Capital. Saudemos portanto este primeiro gesto de unidade popular.

Não terá sido em vão o apelo lançado pelos manifestantes gregos, meses atrás: “Povos da Europa, uni-vos!”.

**Urbano de Campos**

# A (in)constitucionalidade do OE

Um combate sobre o qual não se devem alimentar ilusões

Será que o Tribunal Constitucional, quando for interpelado sobre a constitucionalidade do OE 2013, será tão “eficaz” nas suas decisões como o foi em relação ao OE 2012? Será que as classes trabalhadoras e o povo podem alimentar grandes ilusões quanto às decisões do TC sobre o OE 2013, quando continuam a sofrer forte na carne as pesadas consequências das medidas do Orçamento anterior?

**E** stá em curso uma “revisão constitucional clandestina”, afirmou recentemente Teresa Pizarro Beleza, directora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa que na ocasião criticou “a ideia de que, em situação de necessidade, vale tudo, inclusive passar por cima da Constituição”. Neste alerta está implícita uma crítica às decisões do Tribunal Constitucional (TC) que, embora considerando inconstitucionais normas do OE 2012, acabou por aceitá-las como facto consumado, a pretexto da situação económica e financeira do País. E, também, por abrir portas à generalização do saque.

A Constituição da República, elaborada já após o golpe de direita do 25 de Novembro de 1975, e consagrando então o novo poder burguês, já foi por diversas vezes alterada em sentido mais direitista, mas ainda assim conservando algumas

normas que salvaguardam direitos fundamentais dos trabalhadores e do povo, nomeadamente nos campos da Saúde Pública e do Ensino Público, assim como no da Segurança Social. Contudo, a burguesia no poder quer ir hoje muito mais longe na retirada de parte substancial desses direitos. Como o evidenciam as malfetorias que diariamente continuam a ser levadas a cabo pelo poder no campo da legislação laboral.

Não nos esqueçamos que é sob a capa do respeito pela Constituição que este governo do capital assalta salários e pensões de trabalhadores e reformados e ensaia novas formas de contornar a chamada Lei Fundamental, como meio de prosseguir o saque aos utentes do Serviço Nacional de Saúde e às famílias cujos filhos utilizam o Ensino Público. Tal a vastidão e a brutalidade do ataque hoje dirigido contra as classes trabalhadoras e o povo



que são hoje já numerosos os elementos das classes dominantes, particularmente os mais lúcidos, como Teresa Beleza, a denunciarem publicamente a situação.

Combater o OE 2013 no campo jurídico, sim, mas sem grandes ilusões. Não nos percamos nesses meandros. Os eventuais resultados positivos desse combate serão sempre limitados, pois não olvidamos que são

elementos das próprias classes dominantes – os juízes – a decidi-lo. O combate de fundo, cujos resultados serão mais consequentes e duradouros, só podem resultar de uma ampla e persistente luta de massas.

E, aqui, como em outras circunstâncias, lembremo-nos sempre que a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

**Pedro Goulart**

## Só a luta anticapitalista porá fim à crise

**A** luta contra a fascização do regime político e, consequentemente, para manter as liberdades democráticas burguesas, faz parte da luta diária e permanente de qualquer agrupamento ou partido político que se situe numa perspectiva de esquerda, se até a direita precisa de manter a fachada democrática. A questão que nos está colocada não é pois a de elevar a luta democrática ao expoente máximo e ficar nesse terreno que, sendo necessário, não põe contudo em causa o sistema capitalista, este mesmo que está envolto numa crise sem retorno e que descarrega sobre os trabalhadores todos os seus malefícios.

E é aí que bate o ponto: o crescimento económico está bloqueado, o sistema debate-se com problemas de excesso de produção e de baixa da taxa de lucro, o que provocou duas consequências palpáveis para todos: o desmantelamento de partes do aparelho produtivo menos rentáveis e o desemprego galopante que acarreta a miséria.

A crise, que não tem a sua origem no sistema financeiro mas sim na própria economia real, não tem solução no quadro capitalista, por muito

boas intenções dos partidos da esquerda do regime, que não se cansam de apresentar bons planos para pôr o país a produzir e a crescer, tornando a economia mais controlada, olvidando que as leis da concorrência ditam as regras do jogo.

A crise que aí está por todo o mundo burguês está prenhe de ser solucionada, mas fora do quadro capitalista, que se mostra ultrapassado, embora queira continuar a ditar as leis sobre as vidas dos trabalhadores e dos povos.

É por isso que não se pode fugir à questão: como vamos deitar abaixo este sistema podre e caduco, isto é: por onde vai romper a revolução? Só uma lógica política que não deite esta questão para debaixo da mesa, fingindo que ela não existe, estará à altura das tarefas históricas do proletariado.

Unir tudo contra o capital. Fazer com que seja o capital a pagar a crise e não os trabalhadores. É por aqui o caminho da luta reivindicativa, democrática e revolucionária.

**José Borralho**

# ‘Refundação’ ou a destruição do Estado Social

O projecto político de Passos Coelho e da sua gente assenta, desde o início, na existência de um Estado mínimo, destinado à defesa dos interesses da burguesia e mantendo apenas um aparelho de estado – polícias, justiça, defesa e uma parte burocrática – necessário ao domínio económico dos mercados e aos lucros do capital. A Saúde Pública, a Educação Pública e a Segurança Social acabariam, em grande parte, entregues à iniciativa privada, ficando os trabalhadores e os pobres relegados, muitas vezes, para um tratamento caridoso e de carácter assistencialista.

**M**uito este governo já tem feito nesse sentido e só mais não fez até agora porque não o deixaram. Intervindo nas jornadas parlamentares conjuntas PSD/CDS, o ministro das Finanças sustentou que é preciso adequar as funções do Estado ao montante de impostos que os portugueses estão dispostos a pagar. Segundo Vítor Gaspar, “o sistema político português não foi capaz, até hoje, de apresentar uma associação entre as funções sociais do Estado que são fundamentais – a Educação, a Saúde, a protecção social – e os respectivos custos”. Parece que a enormidade dos juros a pagar (sem contestação) aos agiotes nacionais e internacionais, assim como os elevados lucros de várias empresas, não impressionam tanto Vítor Gaspar.

Também Paulo Macedo afirmava, no mesmo Encontro, que é preciso adaptar o Serviço Nacional de Saúde aos tempos de crise, isto é, “ajustar a despesa do Serviço Nacional de Saúde aos impostos que os portugueses estão disponíveis para pagar”. De salientar que Paulo Macedo aceita que o seu ministério seja um dos que mais perde no OE 2013 (17%), dificultando o acesso de muitos

utentes aos cuidados do SNS e favorecendo os Hospitais Privados e as Seguradoras, de que Paulo Macedo tanto gosta! Nas mesmas jornadas parlamentares, Pedro Mota Soares defendia que é preciso encontrar mais cortes na despesa pública, com o objectivo de aliviar o esforço fiscal. O ministro da Solidariedade e da Segurança Social elogiava os cortes na despesa do Estado de “quase dez mil milhões de euros” já realizados pelo actual Governo, referindo, orgulhoso do feito, a redução das despesas do seu Ministério no OE 2013. Eis o “cristão” ministro da caridadezinha no seu melhor! Entretanto, já no dia 24 de Outubro, numa cerimónia pública, Passos Coelho afirmava que

Portugal deve reduzir o peso da despesa pública para 40% do PIB em duas legislaturas e que essa redução deve estar associada a uma revisão das funções do Estado. Posteriormente, no encerramento das referidas jornadas parlamentares, o primeiro-ministro assegurava que até 2014 se vai realizar uma reforma do Estado, que constituirá “uma refundação do memorando de entendimento”, sustentando que o PS devia estar comprometido com esse processo. E, depois, tivemos conhecimento de mais um facto quase clandestino: os “técnicos” do FMI, afinal, já estavam entre nós, orientando o governo para mais um ataque às funções sociais do Estado – Saúde, Educação e Segurança Social.

Embora o executivo PSD/CDS tenha vindo a navegar aparentemente sem rumo, isso deve-se, sobretudo, à crescente oposição das classes trabalhadoras e do povo. Mas também aconteceu devido ao visível amadorismo do actual pessoal governante. Apenas dois exemplos recentes: primeiro, a TSU era fundamental e a seguir deixou-a cair, substituindo-a pelo

aumento do IRS; depois, o IMI, sem cláusula de salvaguarda, era para entrar em vigor já no início de 2013, contudo, rapidamente, deu o dito por não dito, recuou, e passou a adoptar novamente a cláusula de salvaguarda.

Mas o projecto político PSD/CDS de um estado mínimo, mínimo só no que convém à burguesia, não estava esquecido e o governo voltou agora à carga, chantageando o PS, procurando arrastá-lo para um apoio que dê cobertura a este projecto, prevendo a possibilidade de ter de recorrer a uma revisão constitucional.

Fazendo coincidir o anúncio desta “refundação” com a discussão do Orçamento do Estado, o executivo de Passos Coelho procurou, certamente, distrair as pessoas da brutal carga fiscal que vem aí, em 2013.

Enquanto não derrubarmos a corja que governa o País, por muito que pese a alguns portavozes governamentais e comentadores avençados do regime que diariamente peroram na comunicação social, as malféitorias da troika imperialista não cessarão.

**Pedro Goulart**





A crise do mundo capitalista martiriza em primeiro lugar e acima de tudo o proletariado.

Mas começou também a atingir os privilégios das chamadas classes médias, o principal sustentáculo do poder nos países mais desenvolvidos.

Que significado tem esse facto para o declínio das sociedades capitalistas e que efeitos políticos traz para a luta de classes?

A crise capitalista tem o condão de pôr a nu o processo de exploração em que assenta toda a sociedade e de revelar a natureza de classe dos valores e das instituições burguesas – Estado, democracia, violência.

Como pode, então, o comunismo marxista propor ao proletariado a saída do círculo de giz do capitalismo? São estas as questões colocadas nesta última parte da intervenção feita no Congresso Marx em Maio.

# Para que não os frutos da

Intervenção no Congresso Marx em Maio –

**A**s sociedades capitalistas mais desenvolvidas caracterizam-se, pelo menos desde os começos do século XX, por gerarem uma vasta camada social, na maioria assalariada, situada, pela sua condição de vida, entre o operariado e a burguesia.

A sua função, em termos gerais, é enquadrar a produção, intervir na circulação do capital e proporcionar a realização da mais valia. Essa camada social é um sinal distintivo das sociedades imperialistas, como Lenine, por exemplo, bem vincoou.

## Classes médias: um estabilizador social

Olhando para os últimos 50 ou mesmo 100 anos, um dos seus principais papéis tem sido o de assegurar a estabilidade social e política dos regimes capitalistas desenvolvidos. Aliadas naturais da burguesia, essas camadas garantiram o balancé que tem sido a sucessão de republicanos e democratas nos EUA, de trabalhistas e conservadores no Reino Unido, de social-democratas e democratas-cristãos na Alemanha, dos equivalentes no Japão, em França e na Itália – e até de PS e PSD em Portugal nos últimos 38 anos.

Todo o mundo mais desenvolvido tem tido nessas camadas o fiel de balança no que respeita a manter o poder do capital sem agitações, servindo de barreira a qualquer movimento com cariz de classe da parte do proletariado.

## Privilégios em retrocesso

Mas como os tempos mudam, interessa notar o seguinte:

Mais ou menos até final do século XX o crescimento do sector terciário absorveu em parte os despedimentos da indústria. Esse facto, além de diminuir o impacto do desemprego, manteve entre os trabalhadores a crença de que o capitalismo sempre assegurava as hipóteses de ascensão social (12).

As classes médias, porém, entraram em retrocesso. Por um lado, porque também nos serviços a rentabilidade do trabalho aumentou e permite dispensar mão de obra; por outro lado, porque o pântano da produção capitalista obriga agora a burguesia a penalizar mesmo os seus parentes próximos.

Depois de ter levado a massa proletária produtiva à pobreza ou à beira disso e de a

# O se percam civilização

## Perspectivas para o século XXI (conclusão)

castigar por todas as formas – a maré da crise não parou de subir e molha já os pés das classes intermédias. O significado deste facto parece-me importante:

- o ascensor social empanou;
- a burguesia capitalista aliena o apoio social e político do seu principal aliado;
- o confronto de classes clarifica-se, aproximando as sociedades capitalistas do modelo (digamos assim) canónico de duas classes antagónicas: burguesia, proletariado.

### Um processo de clarificação social

A choradeira oficial sobre o empobrecimento da classe média é apenas uma forma de comisseração do poder, um gesto para tentar ainda segurar esse parceiro histórico. Mas a tendência de proletarização dessas classes parece irreversível, dando mais um sinal do fim de uma época.

Do ponto de vista do comunismo só há que saudar essa clarificação.

(Faço um parêntese para dizer que esta evolução não se traduz, nem de imediato nem necessariamente, num posicionamento anticapitalista dessas camadas – pelo contrário, o primeiro reflexo de boa parte delas será o de defenderem os privilégios anteriores, de aderirem a ideologias nacionalistas e mesmo fascistas, de se demarcarem da massa proletária, reagindo como uma espécie de aristocracia falida. Mas isso não anula o facto de, a prazo, a burguesia capitalista ir ficando mais só no terreno – dependendo o comportamento político das classes médias do papel que a massa proletária propriamente dita desempenhar no confronto de classes.)

### O capitalismo não é eterno

Último argumento.

Arrisco afirmar que a ideia axial que percorre a obra de Karl Marx é a de que o capitalismo é perecível, não é eterno – que é uma formação social com um papel histórico limitado e portanto também com um tempo de vida determinado. O papel histórico é socializar o trabalho, libertar os produtores da propriedade – enfim, “fazer crescer sem freio e em progressão geométrica a produtividade do trabalho humano”.

É fácil ver na evolução do último século a

larguíssima socialização do trabalho, a extensíssima abolição da propriedade individual em todo o globo e o aumento colossal da produtividade do trabalho. Isso, sem dúvida, aproximou a humanidade do socialismo, colocando-nos hoje muito adiante daquilo que era o mundo, por exemplo, em 1917.

O que já não é tão fácil é prever o tempo de vida do capitalismo, porque isso não depende apenas do descalabro do sistema; depende decisivamente, das forças sociais que se decidam a pôr-lhe termo.

Mas o desenrolar da crise tem o condão de ajudar a rasgar os véus com que a sociedade burguesa se recobre e de pôr à vista a natureza da sua dominação classista.

### A crise é um revelador

O que é que a crise põe à vista?

Põe à vista o Estado, não como árbitro dos conflitos sociais, ou como expressão de um suposto interesse colectivo, nacional – mas como instrumento de uma classe;

Mostra a democracia, na realidade, como uma plutocracia de que as massas populares estão inteiramente arredadas; como uma ditadura da burguesia que assume feições cada vez mais totalitárias;

Mostra a classe capitalista, toda ela, com um único plano para aliviar a crise – que consiste em explorar mais eficazmente as classes trabalhadoras;

Mostra que a condição de uma eventual recuperação económica é a destruição de meios de produção, seja pela gradual desvalorização do capital, seja pela violência da guerra;

Mostra em plena acção a lei geral da acumulação capitalista, visível na criação de uma massa crescente de desempregados e de marginalizados e no aumento da pobreza;

Mostra que o tempo ganho pela sociedade graças ao aumento da produtividade não se traduz em menos tempo de trabalho obrigatório, mas sim na irracionalidade de mais desemprego e maior grau de extorsão dos trabalhadores em actividade;

Mostra ainda a acção concertada das burguesias por cima dos limites nacionais, mostra a semelhança dos problemas sofridos pelas massas trabalhadoras dos diferentes países – e mostra portanto a falta que faz, da banda dos proletários, um internacionalismo que vá para lá da mera solidariedade moral e se traduza numa efectiva coordenação prática das acções de resistência.

O esclarecimento e a mobilização das massas proletárias não pode passar ao lado destes factos. Eles são os elementos educativos por excelência que a realidade prática nos fornece para mostrar o limite a que chegou este sistema social e o absurdo que é prolongar o seu tempo de vida.

De resto, se bem percebo o sentimento que os trabalhadores têm a respeito do mundo em que vivem, não é a confiança no capitalismo que os

O tempo de vida do capitalismo não depende apenas do descalabro do sistema; depende decisivamente, das forças sociais que se decidam a pôr-lhe termo.

Ora, na linha do marxismo revolucionário, a tarefa não é reabilitar ou remendar o capitalismo, mas desacreditá-lo aos olhos do proletariado.

leva a aceitá-lo – é antes a noção resignada de que não há alternativa viável que o substitua, e sobretudo de que não há força que o possa deitar abaixo (13).

### Atacar as bases do capitalismo não é uma utopia

Ora, na linha do marxismo revolucionário, a tarefa não é reabilitar ou remendar o capitalismo, mas desacreditá-lo aos olhos do proletariado.

Atacar as bases do mundo capitalista não é, sobretudo nas circunstâncias actuais, uma ideia desgarrada da realidade quotidiana.

Ao contrário, é a condição de estimular e reunir as forças de classe dos trabalhadores e de os levar a encarar a necessidade de construir um mundo conduzido por regras opostas às do mundo capitalista.

Que o burguês não veja a crise para além do défice, da dívida, da quebra do lucro, da falta de crédito e dos remédios correspondentes para esse tipo de males – está certo. Mas que os proletários vejam as coisas pelo mesmo prisma – está errado.

O proletariado já teve de fazer muitos sacrifícios por causas alheias. Chegou a altura de afirmar a sua própria causa.

Propor ao proletariado a saída do círculo de giz do capitalismo – é esse, a meu ver, o papel do comunismo marxista.

### Manuel Raposo

(12) O emprego no terciário em França, Itália, Grã-Bretanha, RFA, EUA e Japão representava, na média dos seis países, as seguintes percentagens da população activa: em 1960, 43,9%; em 1970, 49,2%; em 1990, 65,5%. C. Bitot, o.c.

Em Portugal, o terciário representava 27,5% em 1960 e 51,3% em 1991. Elísio Estanque, *A classe média: ascensão e declínio*. FFMS, Lisboa, 2012.

(13) Um inquérito mundial recente a 21 países mostra que, em média, apenas 27% das pessoas têm confiança no funcionamento da economia capitalista (31% entre os norte-americanos, 16% entre os europeus e 7% entre os japoneses). Só um em cada 10 europeus acredita que poderá vir a viver melhor que os seus pais. O optimismo prevalece apenas em 4 países: China, Alemanha, Brasil e Turquia. Pew Research Center, 12 Julho 2012.

# O aparelho repressivo do Estado

A propósito da carga policial de 14 de Novembro, dia da greve geral

*"Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem."*  
Bertolt Brecht

**A** grande dimensão da greve geral de 14 de Novembro e o seu significado apareceram, por iniciativa própria dos jornalistas ou a mando dos seus chefes, ofuscados na comunicação social pelos acontecimentos da parte final da concentração de São Bento. Apesar de não estar de acordo com a acção de alguns dos manifestantes (embora uns pudessem estar sinceramente revoltados e, outros, provavelmente, não passarem de vulgares provocadores policiais), que dedicaram grande parte do seu tempo a atirar pedras à polícia fardada, considero dever repudiar fortemente a actuação das forças repressivas. Por outro lado, para além da efectiva violência exercida pelo actual governo, nomeadamente através das brutais medidas insertas no OE 2013, que é de presumir possam provocar práticas políticas e sociais violentas por parte de muitos dos atingidos, há, também, algumas outras questões, de fundo, que penso devam ser salientadas.

No estado capitalista, as polícias e os tribunais, independentemente das "boas intenções" de alguns dos seus operacionais, estão integrados no aparelho repressivo de Estado, portanto, ao serviço da classe dominante. A defesa dos capitalistas (e dos seus homens de mão), dos seus lucros, assim como do seu Estado, são o essencial das tarefas policiais.

E nestas tarefas cabe também o papel do agente provocador. O militante político deve estar alerta contra este tipo de gente.

Mais, quando há mal-estar no interior das forças repressivas, é previsível que o Estado lhes



pague melhor, para que elas cumpram bem o seu papel na defesa dos interesses burgueses. Mesmo em tempos de "crise" os governantes não se esquecem disso. Daí que o aumento das verbas dedicadas à Segurança no OE 2013, subindo 10%, quando baixam as verbas para quase todas as outras funções do Estado, encontrem aqui uma boa explicação.

Quanto à discussão do porquê na demora de intervenção das forças policiais e da forma como estas a levaram a cabo, penso que na gestão do tempo e do modo de o fazer o poder político procurou ganhar tempo para que ficasse demonstrado que os maus eram os manifestantes e que os justos eram os polícias. E como estes seguiram as orientações governamentais, espancando a torto e a direito, dando azo à aplicação dos seus instintos animais, tratou-se, sobretudo, de procurar amedrontar a generalidade dos trabalhadores e do povo, com o

objectivo de os desmobilizar em relação a acções futuras. Já é tempo de alguma gente que se diz de esquerda deixar de bater palmas a estes "filhos do povo" fardados ou não!

Embora nesta fase o governo ache boa a tática de distinguir entre a concentração da CGTP, que considerou bem comportada, e a "meia dúzia de profissionais da violência", no dia em que as mobilizações dos explorados e oprimidos se tornarem mais massivas e violentas, quando o poder do capital estiver seriamente em causa, a burguesia não hesitará em bater forte, prender ou até mesmo matar, sem fazer grandes distinções, desprezando claramente as regras do chamado estado de direito. E, para fazer face ao que aí vem, torna-se cada vez mais imprescindível e urgente a existência de sólidas organizações dos trabalhadores e dos militantes políticos.

**Carlos Completo**

## Execução impune

Amadora, Janeiro de 2009. Elson Sanches, conhecido por "Kuku", 14 anos, é abatido à queima-roupa por um agente da PSP, na sequência de uma perseguição policial. No julgamento agora realizado nos Juízos Criminais de Lisboa provou-se que: o disparo do agente da PSP provocou a morte de Elson Sanches; esse disparo foi efectuado a 11 cm da cabeça do jovem; Elson não possuía qualquer tipo de arma. Apesar disto, na decisão da juíza de absolver o agente da PSP parece ter pesado mais o facto do assassinato se ter verificado num "bairro perigoso", assim como a "credibilidade" do testemunho da PSP. Houve aqui preconceito racial? Houve, certamente, mais uma sentença de classe.

## Território 'nacional'

Moçambique e Portugal estabeleceram em 20 de Novembro um acordo que transfere para o estado moçambicano as últimas acções que o estado português ainda detinha na Hidroeléctrica de Cahora Bassa. Noticiando o facto (*Jornal da Meia-Noite*, SIC Notícias, 20 Novembro), o jornalista João Abreu acrescentou que Moçambique "na altura [da construção da barragem] fazia parte do território nacional". Sabemos que o ranço colonialista custa a sair, mas expliquem a João Abreu e à redacção da SIC que o território nacional sempre foi composto por Portugal continental e insular, e que os restantes "territórios" eram colónias que se libertaram do jugo português através de 13 anos de guerras.

## Merkel fora daqui

A 12 de Novembro, Angela Merkel veio a Portugal inteirar-se pessoalmente de como se comportam os seus capatazes no extremo ocidental da Europa, confirmar se o saque imperialista prossegue em boa forma e reforçar as condições para que os capitalistas alemães façam aqui bons negócios, nomeadamente abocanhando boa parte do que ainda resta das privatizações.



# O capitalismo num beco sem saída

Uma visão marxista da actual crise

O *Capitalismo num Beco Sem Saída* (\*) é o expressivo título de um livro, publicado este ano nos EUA, que analisa a presente crise do capitalismo mundial de um ponto de vista marxista. Centrado sobretudo na situação dos EUA, o livro mostra o significado da destruição de emprego e da sobreprodução numa era de alta tecnologia e grande produtividade do trabalho. Uma obra que, a partir da actualidade, aborda não apenas os aspectos económicos da crise mas também os movimentos sociais e políticos que ela está a gerar.

O autor, o norte-americano Fred Goldstein, colabora no jornal *Workers World* e publicou em 2008 uma outra obra, *Capitalismo de Baixos Salários*, em que aponta os efeitos do imperialismo globalizado e de alta tecnologia na luta de classes nos EUA.

**A** exposição de *O Capitalismo num Beco Sem Saída*, ao qual se dedica esta recensão, assenta em três ou quatro dados decisivos para entender a actual crise, mas muito pouco falados pelas correntes de opinião dominantes. São eles, a nosso ver, os seguintes:

- Esta crise é de longa duração, estamos ainda nos seus primeiros estágios, e, pela sua natureza, não se compara aos normais altos e baixos da actividade económica.

- Na sua raiz está uma quebra na taxa de acumulação do capital, o que faz dos aspectos financeiros uma decorrência e não uma causa dos problemas presentes.

- A crise estalou depois de décadas de grande progresso tecnológico, de aumento da produtividade do trabalho e da concorrência, o que desmente a ideia espalhada de falta de produção e de competitividade, e mostra, pelo contrário, que o sistema rompe pelas costuras em resultado da sua própria capacidade de produzir em larga escala.

- Nos casos em que se pode falar de alguma retoma económica após o colapso de 2008 (como nos EUA), essa retoma faz-se sem recuperação do emprego entretanto destruído em números sem precedentes.

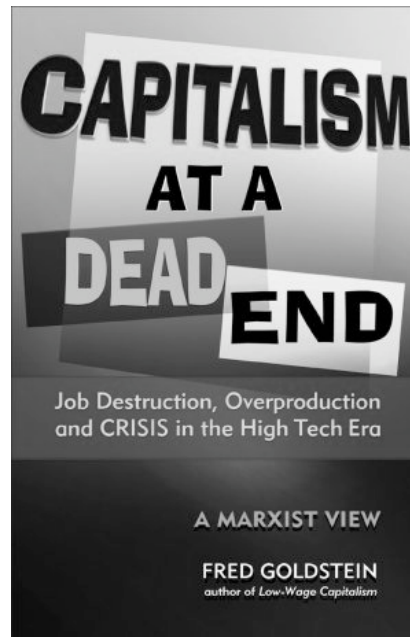
Daí, todo o sistema capitalista se encontrar num beco sem saída. Como diz o autor, "O capitalismo chegou a um ponto em que nada de natureza económica, só por

si, poderá fazer o sistema avançar e crescer mais".

A partir destas constatações, e fazendo comparações com as grandes crises mundiais de 1873-96 e de 1929-39 – das quais o capitalismo saiu sob o impulso da guerra (guerra americana-espanhola de 1898, guerras mundiais de 1914-18 e de 1939-45), enveredando pela expansão imperialista – a resposta do capitalismo mundial à sua crise de hoje aponta igualmente para a "destruição maciça de meios de produção e de infraestruturas".

Com os cataclismos verificados desde 2008, o panorama da luta de classes também se altera. A tendência para lucrar a taxas cada vez menores, a incapacidade de recuperar, mesmo parcialmente, os níveis de emprego – traduzem-se numa quebra generalizada dos salários (um "capitalismo de baixos salários"). E, portanto, no dizer de Fred Goldstein, "A era das concessões deu lugar à época das devoluções" – como é bem patente, dizemos nós, do lado de cá do Atlântico, não apenas na redução dos salários como nos cortes dos apoios sociais, na crescente insegurança do emprego, no ataque aos direitos laborais e sindicais. Tudo aquilo, enfim, que na Europa do pós-guerra e no Portugal pós 25 de Abril era apresentado como um "ganho civilizacional", supostamente irreversível.

Esta crise mostra ainda ser diferente, sublinha Goldstein, por



outra razão. "Todos os métodos tradicionais pelos quais o sistema foi estimulado [em situações anteriores] estão as ser aplicados, mas já não funcionam". A prova está nos biliões de dólares (e de euros) injectados sobretudo no sistema financeiro com o único efeito de arrastar a crise, mas sem sinais de uma retoma económica. Mais: o facto de os negócios nos EUA marcharem a passo de caracol e de a Europa e o Japão estarem à beira do declínio, faz aumentar, mesmo nos bastidores do poder, o temor de um novo retrocesso económico global.

Ora, uma crise de extensão mundial, que não se resume a uma quebra cíclica dos negócios nem tem à vista nenhuma verdadeira recuperação, assume então, parece-nos, um sentido histórico de fim de época. Na verdade, afirma o autor, "O sistema do lucro entra num estádio no qual só consegue arrastar para trás a humanidade". Então, "As massas da população não-de chegar a um ponto em que não poderão continuar a seguir o mesmo caminho porque o capitalismo lhes bloqueia todas as vias de sobrevivência". E, chegada a este ponto, "a humanidade só pode avançar limpando a estrada

da sobrevivência, o que significa nada menos do que destruir o próprio capitalismo".

As teses do livro de Fred Goldstein, conduzem-nos, com efeito, a uma questão a que os marxistas e o movimento comunista terão de prestar a maior atenção: com esta crise encerrou-se a época de expansão do capitalismo iniciada após a segunda grande guerra; e, conseqüentemente, estão a criar-se as condições para um novo ciclo de revoluções sociais à escala mundial.

Devem, portanto, em nossa opinião, ser lidas como sendo da maior actualidade as palavras de Karl Marx no balanço que fez à crise económica de 1847. Reflectindo sobre a recuperação do capitalismo nos anos de 1848 e 1849, uma vez vencidas as revoluções verificadas na Europa em 1848, dizia ele: "Nesta prosperidade geral, em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem com toda a exuberância de que são capazes no quadro das relações burguesas, não se pode dar nenhuma verdadeira revolução. Uma tal revolução só é possível em períodos em que estes dois factores, as forças de produção modernas e as formas de produção burguesas, entram em conflito." E conclui Marx: "Uma nova revolução só será possível na sequência de uma nova crise. Mas aquela é tão certa como esta."

Não é a crise que estamos a viver, afinal, a evidência do conflito entre as forças de produção modernas e as formas de produção burguesas?

**Manuel Raposo**

(\*) Disponível em castelhano no endereço [www.rosa-blindada.info/b2-img/Capitalismo.pdf](http://www.rosa-blindada.info/b2-img/Capitalismo.pdf)

# Potências da NATO não olham a meios para anexar a Síria

Dizendo-se “profundamente preocupados com a escalada de violência” que ameaça transformar o conflito sírio numa guerra regional, há quem reclame “o fim de todas as formas de violência armada”. Quem são estes pacifistas? Os membros do Grupo de Acção para a Síria, que reuniu em Genebra a 30 de Junho e emitiu um comunicado de encerramento com tais declarações.

**L**iderando o coro pacifista estão os Estados Unidos. Na realidade, são eles o maestro da operação de guerra em curso, que, depois de destruir o Estado líbio no ano passado, está agora a tentar dismantlar a Síria. Agentes da CIA, escreve o New York Times, que operam clandestinamente no sul da Turquia, estão a recrutar e a armar grupos que combatem o governo sírio.

Através de uma rede clandestina transfronteiriça, em que a Mossad israelita também opera, tais grupos recebem armas automáticas, munições, foguetes antitanque e explosivos. Com um vídeo no YouTube, mostram que sabem como usá-los: a explosão de uma poderosa bomba de controle remoto destrói um camião civil ao passar por uma loja.

A Turquia também manifestou a sua “oposição à militarização do conflito”, que deve ser “resolvido por meio do diálogo pacífico”. Mas a Turquia fornece o centro de comando em Istambul que dirige

a operação, e as bases militares em que os grupos armados são treinados antes de se infiltrarem na Síria.

Além disso, a Turquia, com o pretexto de a Síria ter abatido um avião militar turco – que voava a baixa altitude ao longo da costa da Síria para sondar as suas defesas anti-aéreas – está agora a concentrar tropas na fronteira, ameaçando com uma intervenção “defensiva”. Isso poderia provocar um ataque em grande escala da NATO nos termos do artigo 5 do tratado (\*), tirado da gaveta para a ocasião, enquanto um não-artigo 5 foi utilizado para o ataque contra a Líbia.

Outros membros do grupo – França, Grã-Bretanha, Arábia Saudita e Qatar – clamam estar “empenhadas em defender a soberania, independência, unidade nacional e integridade territorial da Síria”. Mas são estas forças que estão agora a levar a efeito na Síria a mesma operação realizada na Líbia: treinar e armar o “Exército Livre



Sírio” e cerca de outros 100 grupos recrutados em vários países, cujos membros são pagos pela Arábia Saudita. Essas forças usam também militantes islâmicos reaccionários e inteiros grupos armados islâmicos, anteriormente marcados como terroristas perigosos, e infiltram forças especiais na Síria, como as que o Qatar enviou no ano passado para a Líbia, disfarçados como grupos de oposição interna.

Os membros do Grupo de Acção que agora exigem “liberdade de movimento em todo o país para os jornalistas” são os mesmos que manipularam fotografias ao liderar uma implacável campanha mediática em todo o mundo para culpar o governo sírio por todos os massacres. Essa mesma gente organizou o ataque

terrorista que matou três jornalistas sírios quando um grupo armado atacou a Televisão-al-Ekhbaria em Damasco, atingindo-a com rockets e fazendo-a ir pelos ares.

As potências ocidentais, ao activarem a sua máquina de guerra, já decidiram anexar a Síria ao seu império. É por isso que gostariam de fazer ir pelos ares também as garantias da Rússia e da China, outros dos membros do Grupo de Acção, de que nenhuma força estrangeira deve tomar decisões que só dizem respeito ao povo sírio.

## II manifesto / MV

(\*) O artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte diz que um ataque armado contra um ou vários dos membros da NATO será considerado um ataque a todos os seus membros, legitimando assim o emprego da força armada por parte da Aliança.

## Israel Estado mercenário

No início de Dezembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou por grande maioria – 174 votos, com 6 contra (incluindo EUA e Israel) e 6 abstenções – uma resolução exigindo a Israel que abra o seu programa nuclear à inspecção da Agência Internacional da Energia Atómica. Israel recusa confirmar ou negar que tem armas nucleares, mas toda a gente sabe que as tem – fornecidas, em primeira mão, pelos EUA.

A votação foi uma resposta ao cancelamento de uma conferência de alto nível destinada a proibir armas nucleares no Médio Oriente. Todas as nações árabes e o Irão tinham planeado participar da cimeira em meados de Dezembro, em Helsinquia, mas os EUA anunciaram em 23 de Novembro que ela não teria lugar, invocando a turbulência política na região e a atitude desafiadora do Irão quanto à não-proliferação das armas nucleares. O Irão e os países árabes responderam que o real

motivo do cancelamento foi a recusa de Israel em participar. Antes da votação na ONU, diplomatas iranianos e sírios disseram à assembleia que o regime israelita foi o único que rejeitou as condições para uma conferência, e apelaram a que fosse exercida pressão para que Israel participasse sem quaisquer condições prévias. Apelaram ainda à comunidade internacional para pressionar Israel a aceitar o Tratado de Não Proliferação nuclear e a desfazer-se do seu arsenal nuclear de modo a permitir a paz e a estabilidade na região. Cabe lembrar, nesta ocasião, que o pretexto para atacar o Iraque, vai fazer 10 anos, foi a acusação (forjada) de que o regime de Saddam Hussein tinha “armas de destruição maciça”. Na altura, o regime aceitou as inspecções dos agentes da ONU que nada descobriram depois de vasculharem o país durante meses.

A memória destes factos comprova, o cinismo da política imperialista no Médio Oriente e o papel de mercenário que os EUA reservam a Israel na região.

**Manuel Raposo**

## Criminoso demitido

O general David Petraeus, antigo comandante das forças de ocupação no Iraque e no Afeganistão, demitiu-se agora de director da CIA, por se ter descoberto que mantinha duas amantes. A demissão do chefe dos espões não foi provocada pelas responsabilidades de Petraeus nas criminosas guerras imperialistas no Iraque e no Afeganistão. Deveu-se, para além dos pretextos de eventual perigo de chantagem, à pobre e hipócrita moral vigente, que normalmente vilipendia os responsáveis políticos quando estes mantêm relações “extra-conjugais” e considera heróis os criminosos de guerra.

## Mais um massacre

Ocorreu nos EUA do livre mercado, incluído o das armas, onde vigora a lei capitalista do salve-se quem puder, onde domina a lei da força, incluída a da agressão imperialista e assassina de outros povos. É lógico que, neste caldo de cultura proliferem espíritos doentios, capazes de cometerem massacres do tipo do agora verificado numa escola primária de Connecticut, onde morreram quase 30 pessoas, 20 delas crianças. Massacres que se assemelham em muito àqueles que uns EUA orgulhosos dos seus feitos levam a cabo por todo o mundo. E não será com as orações dos bispos ou com os choros de Obama que estes graves problemas da sociedade norte-americana se resolverão.

## Em defesa de Gaza

Em Novembro, Israel atacou de novo a população de Gaza causando mais de cem mortos e centenas de feridos, muitos deles mulheres e crianças. As tropas de Israel assassinaram dirigentes palestinos e, pela mesma altura, atacaram território sírio. Estas acções militares contaram de novo com a complacência dos EUA e da UE. Concentrações em Lisboa e no Porto condenaram o terrorismo israelita e a conivência do governo português com mais esta onda de crimes.

# Quais são os ‘estados-pária’?

Em final de Novembro passado, a Assembleia Geral da ONU aprovou por esmagadora maioria dos seus 193 estados membros o reconhecimento da Autoridade Palestina como estado observador, o que equivale a reconhecer de facto a existência de um estado palestino soberano. A proposta teve evidentemente a furiosa, mas inútil, oposição dos EUA e de Israel e mereceu da parte do estado sionista represálias contra os palestinos.

**A**votação da proposta mostrou o isolamento a que estão neste momento remetidos tanto Israel como os EUA. Com efeito, 138 estados votaram a favor, 9 contra e 41 abstiveram-se. Quem foram os do contra? Israel e os EUA, claro, a que se juntaram o Canadá, a República Checa (o único da Europa), o Panamá e quatro pequenos estados do Pacífico (Ilhas Marshall, Nauru, Palau e Micronésia).

Israel que nos dias anteriores à votação tinha vindo a bombardear a opinião pública com a ideia de que a medida era “fútil” e sem efeitos práticos, repetia a ideia estafada de que seria “à mesa das negociações” que a questão israelo-palestina tinha de ser resolvida. Mas este tem sido o argumento de sempre dos israelitas para impedir qualquer resolução do conflito. Entre ataques militares (como o que dias antes contra Gaza matara mais de uma centena de palestinos) e pressões para obter concessões da Autoridade Palestina – Israel pratica uma política de sabotagem de qualquer acordo. Não só a constituição de um estado palestino é rejeitada por Israel, como os territórios árabes são mantidos sob ocupação ilegal, como ainda esses mesmos territórios vão sendo na prática anexados através da implantação de colonatos. Tudo isto, acções condenadas pelas Nações Unidas que Israel sistematicamente desrespeita.

Não admira, portanto, que logo a seguir à resolução da Assembleia Geral os dirigentes israelitas tenham aplicado novas (velhas) represálias contra os palestinos. O governo do fascista Netanyahu aprovou 3 mil novos colonatos em Jerusalém Este e na Cisjordânia e confiscou perto de



100 milhões de euros das receitas dos impostos cobrados à população palestina.

Este sistema de cobrança, de resto, é revelador da prepotência de Israel exercida com a conivência da “comunidade internacional”. São os israelitas que cobram os impostos à população palestina e são eles que entregam os montantes à Autoridade Palestina. Deste modo, como agora se vê mais uma vez, Israel pode sempre estrangular a actividade da Autoridade Palestina, o que significa também os serviços prestados à população.

Esta verdadeira punição provocou reacções negativas de vários países. Os governos do Brasil e da Austrália tomaram a iniciativa de chamar os embaixadores de Israel para condenar as medidas. Outros países da Europa fizeram o mesmo: Espanha, França, Grã Bretanha, Suécia e Dinamarca. Mas do governo português, depois da “ousadia” de ter votado a favor dos palestinos, não se ouviu mais nada acerca das ilegalidades de Israel.

Comentando a votação verificada na Assembleia Geral da ONU e o

permanente apoio norte-americano a Israel, o jornalista Glenn Greenwall (The Guardian, 4 Dezembro) fustiga os EUA dizendo que “essencialmente, todo o planeta está de um lado, contra os EUA”. E, lembrando a noção de “estados-pária”, criada no tempo de Bush para justificar a política de agressão militar levada a cabo à revelia do direito internacional, Greenwall acrescenta:

“Se alguém é um membro, em boa posição, da comunidade de política externa liderada pelos EUA, então a maneira como descreve estas questões é a seguinte: ‘a comunidade internacional está do lado de Israel e apoia a sua posição’ – porque, neste mundo deformado e auto-suficiente, ‘comunidade internacional’ é sinónimo de ‘ditame dos Estados Unidos’. Mas, para aqueles que são suficientemente afortunados para permanecerem fora desse reino de intensa propaganda imperial, a questão é: quem está neste caso realmente contra o consenso da comunidade internacional? Por outras palavras, quem são os verdadeiros ‘estados-pária’?”

**Manuel Raposo**

# Testas de ferro e cheques carecas



O modo de pagamento das privatizações em curso é um livro aberto sobre a degenerescência do pessoal político da burguesia.

O Governo decidiu vender o BPN ao BIC e avançou logo com milhares de milhões, para o banco comprador fazer a fineza de pagar um preço de escassas dezenas de milhões. Não vamos aqui ao “detalhe” de quantos milhares nem de quantas dezenas, porque as desculpas esfarrapadas se multiplicam como cogumelos e obscurecem o que devia ser limpidez cristalina dos números. Fiquemos pela ordem de grandezas: milhares de milhões do contribuinte, contra dezenas de milhões dos rentistas petroleiros de Angola, que afinal ainda se fazem rogados e apresentam novas condições para cumprirem a sua parte.

O Governo decidiu vender a TAP ao cosmopolita Efromovich, numa proporção parecida do que devia pôr e do que esperava receber. As desculpas esfarrapadas eram, neste caso, sobre as centenas de milhões que Efromovich deveria investir depois na TAP privatizada, para saldar o seu passivo. Mas a ninguém passava despercebido que essas centenas seriam já investidas em coisa sua e portanto não podiam ser contabilizadas como parte do preço. Além disso, Efromovich não apresentava sequer garantias de pagar pela TAP os *peanuts* apalavrados. No fim de tudo, ele teria comprado a transportadora aérea TAP com facilidade igual à do BIC na compra do BPN, não fora o caso de o Governo já estar a meter água por todos os lados e suportar mal o escândalo de mais um cheque careca.

O Governo tem agora na calha, para privatizar ao desbarato, a RTP, a ANA, os Estaleiros de Viana. No caso da RTP, não oferece mais garantias do que Efromovich aquela sociedade que tem no Panamá uma caixa postal a fazer de sede e três homens de palha sabe-se lá ao serviço de que interesses. A cobertura dos seus cheques com o famoso petróleo de Angola continua a ser uma miragem. E o Governo, como a admitir antecipadamente que a NewsHold só fará o favor de ficar com a RTP se lhe for oferecido um preço de liquidação, já anda a fabricar o esquema dos 49% - conto do vigário para vender por metade do preço, oferecendo ao comprador a totalidade da gestão.

Mas não será tudo isto a imagem perfeita da modernidade? Não será este o capitalismo do futuro, sem preconceitos nem escrúpulos? À primeira vista, sim. O desbragamento deste Governo com a sua lei da selva parece um desmentido peremptório do que dizia o Manifesto Comunista: “O moderno poder de Estado é apenas um comité que administra os negócios comuns da grande burguesia”. E o que vemos aqui não é, na verdade, a administração de “negócios comuns” de uma classe e sim a pequena intriga a favor dos negócios particulares do BIC, da NewsHold ou da Synergy.

Notemos no entanto que esta degradação dos “homens de Estado” em meros testas de ferro constitui uma evolução lógica daquele poder de Estado que antes representava a parte burguesa da sociedade contra o seu conjunto e agora apenas representa a parte mafiosa da burguesia contra o seu conjunto.

**António Louçã**

## Menos Saúde

O secretário de estado da Saúde, Leal da Costa, useiro e vezeiro em afirmações que põem em causa o acesso da generalidade dos portugueses aos cuidados de saúde, afirmou que todos temos obrigação de contribuir para sustentar o Serviço Nacional de Saúde, “prevenindo doenças e recorrendo menos aos serviços”. Prevenir doenças é bom, não o nego. Mas, como pretende este governo do capital que os portugueses previnam doenças se o acesso ao SNS é cada vez mais difícil, com uma autêntica sangria de médicos dos hospitais públicos para os privados e com uma forte diminuição dos médicos nos centros de saúde, ficando estes com menos disponibilidade para atender bem e a tempo os utentes?

A recente polémica a propósito do racionamento de remédios e exames, assim como a recente movimentação no interior da Ordem dos Médicos de alguns profissionais com fortes interesses na medicina privada, diz bem do que está em jogo. A burguesia endinheirada ligada às companhias de Seguros e à medicina privada não esconde o entusiasmo com a possibilidade de abocanhar os sectores lucrativos do SNS e da ADSE. A pretexto de “racionalizar” os serviços, não se coíbem de afirmar a “impossibilidade” do SNS pagar exames e operações caras a toda a gente.

O governo quer que os portugueses recorram menos ao SNS. O que está em marcha é a tentativa de poupar dinheiro ao Estado sem preocupações com a saúde dos doentes e entregar parte dos utentes do SNS à medicina privada.

**Pedro Goulart**

### DITO

**Não disputeis,  
curvado o corpo todo,  
As migalhas  
da mesa do banquete:  
Erguei-vos!  
e tomai lugar à mesa...**

*Antero de Quental (1842-91)  
in Odes Modernas, Vida*